



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DO OBJETIVO

1.1. Tem por objetivo o presente Estudo Técnico Preliminar identificar os problemas e estudar as soluções aplicáveis, por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para permitir a **ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA PARA FINS DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO RELATIVOS À CONTRATAÇÃO DE ESTUDANTES COMO ESTAGIÁRIOS**, à luz do disposto no art. 6º, IX, da Lei nº 8.666/93 c/c arts. 3º, III, da Lei 10.520/2002, bem como as disposições contidas no art. 9º, I, e §1º e 2º, todos do Decreto nº 5.450/2005.

1.2. Integram o presente estudo os seguintes documentos

- i) Termo de Referência;
- ii) Lei nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes;
- iv) Contrato n. 03/2020 – Super Estágios x Ministério do Meio Ambiente
- v) Contrato n. 30/2020 – CIEE x INMetro
- vi) Planejamento estratégico do TRE-ES
- vii) Portaria DG nº 344/2018
- viii) Resolução TRE-ES nº 94/2014
- ix) Resolução CNJ nº 336/2020
- x) Lei n. 9768 do Estado do Espírito Santo

2. DO ESTUDO E DA DOCUMENTAÇÃO DO PROBLEMA

2.1. Avaliar a situação atual do problema:

O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo já possui contrato com agente de integração para desenvolver o seu programa de estágio. **Ocorre que o referido acordo finda sua vigência em 30 de junho próximo e a atual contratada já manifestou seu desinteresse em uma possível renovação do contrato em razão de não poder suportar o valor atual pago pelo TRE-ES de modo que se faz necessário empreender em uma busca por um novo prestador desse tipo de serviço mediante um processo licitatório.**

Registra-se que esse tipo de programa visa desenvolver as habilidades técnicas adquiridas pelos estudantes em sala de aula, colocando em prática os conhecimentos estudados durante



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

o curso, além de ser uma ótima oportunidade para a Justiça Eleitoral se aproximar junto à sociedade capixaba, mostrando e ensinando a importância dos valores institucionais, quais sejam: coerência, compromisso, respeito, honestidade, integração, celeridade, modernidade, acessibilidade, transparência, responsabilidade social e ambiental, imparcialidade, ética e probidade.

A fim de fazer esse tipo de programa ser executado com a excelência habitual deste Egrégio, **necessita-se a contratação de uma empresa especializada na prestação deste serviço**, ou seja, um agente de integração entre o estudante e o Tribunal, haja vista que a grande demanda de serviço requerida pelo programa em tela não seria suportado pelos já tão demandados servidores da Seção de Gestão de Desempenho – SGD, e, além, a empresa pretendida dispõem de toda a infraestrutura logística, de pessoal e de informática necessária para a realização do programa de estágio na forma desejada.

2.2. Riscos da situação atual.

Em caso de não realização deste processo licitatório o Tribunal deverá cancelar todos os contratos de estágios a partir de 30/06/2021, frustrando o plano de estudos dos estudantes bem como o compromisso de seus supervisores ao montar um plano de ação para o período em que os estagiários estiverem em aprendizado nas unidades.

3. DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

3.1. O contrato contemplará a intermediação do contrato de estágios dos estudantes e seu quantitativo será definido através de Portaria da Direção-Geral, não podendo exceder em 90 vagas, também observando o interesse, a possibilidade e a conveniência do TRE-ES.

3.2. Importante esclarecer que de acordo com a Lei nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, determina que cada vaga de estágio ocupada deverá ser assegurada por seguro contra morte acidental e contra invalidez permanente causada por acidente. Esta despesa será incluída como obrigação de fornecimento pela empresa contratada, consequentemente desobrigando o Tribunal da obrigação de contratação do citado serviço.

3.3. Registra-se os seguintes fatos:

i) atualmente existem 57 vagas criadas e desse total apenas 43 estão ocupadas;

Localidade	Unidade (nº de vagas)	Total de Vagas
Vitória	Sede do TRE: Assessoria Jurídica/PRE (01 vaga); CRE (01 vaga); Comunicação/APECI (01 vaga); COF/SAO (02 vagas); COMAP/SAO (02 vagas); GABSAO (01 vaga); SC/SAO (01 vaga); GABSGP (01 vaga) Anexo do TRE: Ouvidoria/APECI (01 vaga); CAD/STI (02 vagas); CSE/STI (01 vaga); SGD/CODES (02 vagas);	30 vagas



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

	STC/CODES (01 vaga); S.Arquivo/SAO (01 vaga); COJUR/SJ (03 vagas); GABMEMBROS (05 vagas). Zonas Eleitorais: 01ª ZE (02 vagas); 52ª ZE (02 vagas)	
Vila Velha	Zonas Eleitorais: 32ª ZE (02 vagas); 55ª ZE (02 vagas); 57ª ZE (02 vagas)	06 vagas
Serra	Zonas Eleitorais: 26ª ZE (02 vagas); 53ª ZE (02 vagas); 59ª ZE (02 vagas)	06 vagas
Cariacica	Zonas Eleitorais: 34ª ZE (02 vagas); 54ª ZE (02 vagas)	04 vagas
Viana	47ª ZE (02 vagas)	02 vagas
Santa Leopoldina	09ª ZE (01 vaga)	01 vaga
Castelo	03ª ZE (01 vaga)	01 vaga
Cachoeiro de Itapemirim	Zonas Eleitorais: 02ª ZE (02 vagas); 48ª ZE (01 vaga)	03 vagas
Aracruz	20ª ZE (01 vaga)	01 vaga
Ibiraçu	14ª ZE (01 vaga)	01 vaga
Itaguaçu	16ª ZE (01 vaga)	01 vaga
Ilha	18ª ZE (01 vaga)	01 vaga
	TOTAL:	57 VAGAS

ii) no caso de o TRE-ES criar programa de estágio de estudantes de nível médio, o quantitativo de estagiários de ensino médio não profissionalizante não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do quantitativo de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Tribunal;

iii) deve-se assegurar às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) do total de vagas oferecidas, e às pessoas que se autodeclararem ser da cor preta ou parda o percentual de 30% (trinta por cento) do total de vagas oferecidas;

iv) o auxílio financeiro devido aos estagiários é composto por bolsa e auxílio-transporte;

v) além do pagamento de bolsa e auxílio-transporte será devido aos estagiários indenização de recesso não gozado. Na impossibilidade de usufruto do recesso, esses dias deverão ser remunerados, na razão de 2,5 dias para cada mês completo trabalhado, caso o resultado seja uma fração ela deverá ser arredondada para o número inteiro subsequente;

4. DA NORMALIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

4.1. Lei nº 11.788/2008; Resolução TRE-ES nº 94/2014; e Resolução CNJ nº 336/2020.

5. DA GARANTIA DE QUALIDADE

A qualidade dos serviços prestados será fiscalizada pela unidade responsável pelo Programa de Estágio do TRE-ES, que atualmente é a Seção de Gestão de Desempenho (SGD) e em especial pelo fiscal do contrato indicado por essa Seção.

6. DA AVALIAÇÃO PRELIMINAR DE CUSTOS E SOLUÇÕES



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

6.1. Atualmente o TRE-ES tem contrato para a prestação de serviços de agente de integração firmado com a Empresa Super Estágios Ltda. consignando o valor unitário de R\$ 10,03 (dez reais, três centavos). Valor que foi rejeitado pelo representante da citada empresa quando foi questionado se haveria a intenção de renovação da contratação por mais um ano.

6.2. Portanto, tendo em vista subsidiar esta seção com os reais valores cobrados pelo mercado para a prestação do serviço discutido realizou-se pesquisas no sítio de compras governamentais **contratos.comprasnet.gov.br** e constatou-se que de acordo com os contratos firmados entre a empresa CIEE e Super Estágios respectivamente com os órgãos INMetro e Min. do Meio Ambiente, o valor atual pago pelo TRE-ES está muito abaixo do preço médio encontrado.

	Contrato n. 30/2020 – CIEE x INMETRO (30/12/2020)	Contrato n. 03/2020 – Super Estágios x Min. Meio Ambiente (16/03/2020)	Preço Médio
Valor Unitário (R\$)	55,00	30,50	42,75

6.3 Assim, considerando que o número de estagiários contratados não poderá exceder em 90 estudantes, o custo para essa contratação poderia atingir o valor mensal máximo igual a R\$ 3.847,50, podendo totalizar o máximo de R\$ 46.170,00 por ano. Todavia, como o contrato atual estará vigente até 30/06, o curso desta contratação para 2021 poderia totalizar no máximo R\$ 23.085,00. Ressaltando que o TRE-ES está vivenciando um momento de restrição orçamentária, sem previsão de término, o que tem implicado na redução do número de vagas de estágio, haja vista que, do limite de 90 vagas de estágio, apenas existem criadas 57 vagas.

7. DAS JUSTIFICATIVA

A contratação se justifica em razão da impossibilidade de execução desses serviços pelos servidores da Seção de Gestão de Desempenho, pela quantidade de servidores lotados nessa unidade que já é demasiadamente demandada, pela falta de infraestrutura de TI, haja vista que uma empresa especializada dispõe de sistemas ágeis de controle de cadastro bem como pessoal exclusivo e especializado para a execução deste tipo de contratação, pela complexibilidade de elaboração, correção, fiscalização e aplicação de processo seletivo público de estagiários em todo o estado do Espírito Santo, e por fim, haveria também a necessidade de se contratar um seguro para que cada estagiário desempenhe suas atividades junto ao Tribunal.

Ainda, essa contratação é justificada lembrarmos dos valores éticos relacionados no



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral Capixaba, que visa se aproximar da sociedade como um todo, em especial no item transcrito abaixo:

“RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL: geração de valor para os colaboradores da instituição e para a sociedade, promovendo a cidadania e o desenvolvimento sustentável, atuando, de fato, como instituição cidadã”

Portanto, o programa de estágios é uma excelente forma do TRE-ES gerar valores para a sociedade, bem como para os próprios servidores.

8. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

ITEM	ESTÁGIO
01	Estágios com jornadas de cargas horárias de 20 e 25 horas semanais.

9. PENALIDADES

Pelo descumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa correspondente a 30% (trinta por cento) sobre o valor do objeto não executado;
- b) Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a Contratada estará sujeita à multa de 0,5% (meio por cento) por ocorrência, calculada sobre o valor total do contrato.

As penalidades acima não excluem as previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005.

A aplicação das multas previstas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à Contratada ou cobrados judicialmente.

As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF, em conformidade com as disposições do parágrafo único do art. 28 do Decreto nº 5.450/2005.

A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

Para efeito de aplicação de penalidades, a contagem dos prazos inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente do TRE/ES.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

10. DOS RECURSOS E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

Da aplicação das penalidades de advertência, multa e suspensão temporária para contratar com a Administração, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação.

No caso de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação, correndo igual prazo para apreciação do pedido de reconsideração.

Os recursos e pedidos de reconsideração serão dirigidos ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente deste Tribunal, que os decidirá no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11. DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato assegurará aos Contraentes, nos termos dos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Outras situações que surgirem poderão ser analisadas oportunamente no decorrer da contratação.

Vitória 08, de fevereiro de 2021.

Felipe Fernandes Pezzin

Técnico Judiciário

Sayumi Felix Takahata

Técnico Judiciário

Jackson Vulpi

Técnico Judiciário

Chefe da Seção de Gestão de Desempenho

Coordenadoria de Desenvolvimento de
Recursos Humanos, Assistência à Saúde e
Programas Sociais